



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Seguridade Social – Políticas de Saúde, Políticas de Previdência Social,

Políticas de Assistência Social

**A “VOZ” DOS (AS) TRABALHADORES (AS) DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: AVALIANDO OS
IMPACTOS DO PMPM EM MOSSORÓ/RN.**

ALINE AZEVEDO DE LIMA¹

RESUMO

O presente artigo é fruto de construção coletiva desencadeada no processo de escrita da dissertação de Mestrado, à qual perpassa a discussão a respeito da avaliação de impacto do Plano Municipal de Educação permanente (PMEP) do SUAS no município de Mossoró/RN, levando-se em consideração o lugar e a “voz” dos (as) trabalhadores (as) da Assistência Social, enquanto política pública a qual compõe a seguridade social juntamente com a Política de Saúde e a Previdência Social. O plano ora mencionado configura-se como uma das estratégias de valorização da categoria, conforme preconiza a Política Nacional de Educação Permanente (PNEP-SUAS), trazendo a reflexão sobre o exercício profissional.

Palavras-chave: Plano municipal, Educação permanente, Assistência social, Trabalhadores(as), Seguridade social, Exercício profissional.

ABSTRACT

This article is the result of collective construction triggered in the process of writing the master's dissertation, which permeates the discussion regarding the impact assessment of the Municipal Permanent Education Plan (PMEP) of SUAS in the municipality of Mossoró/RN, taking into account the place and “voice” of social Assistance workers, as a public policy that makes up social security together with health policy and social security. The plan mentioned here is configured as one of the strategies for valuing the category, as recommended by the National Policy for Permanent Education (PNEP-SUAS), bringing reflection on professional practice.

Keywords: Municipal plan, Continuing education, Social assistance, Workers, Social security, Professional practice.

¹ Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado da construção coletiva a qual resultou na escrita de uma dissertação de Mestrado, cujo tema se tratou de avaliar os impactos que os processos de formação continuada para os (as) trabalhadores (as) da Política de Assistência Social do município de Mossoró/RN, tem gerado no cotidiano dos profissionais dos (as) Assistentes Sociais na efetivação de suas competências a partir da efetivação do serviço PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias).

Ao revisarmos os textos sobre a trajetória histórica dessa política pública nos reportamos ao avanços advindos sobretudo no contexto de redemocratização do Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, logo, podemos enfatizar as primeiras iniciativas de processos democráticos a partir as deliberações ocorridas nas conferências de assistência social, onde se percebia os lugares de “voz” com a possibilidade e construção de propostas propostas as quais se materializaram, como é o exemplo da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB RH, 2006), e também a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), porém, pontuamos no ano de 2012 houve a reformulação desses documentos.

No entanto, quando pontuamos as discussões e debates referentes a formação continuada para os trabalhadores (as) desta política pública, observamos que estas iniciaram-se na pauta apresentada a partir da realização da III Conferência Nacional de Assistência Social no ano de 2001, prosseguindo no processo conferencial de número IV no período de 2003.

Dentre estes serviços citamos a Proteção social básica a qual é efetuada através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), enquanto unidade pública municipal, elencando o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), o qual traduz a perspectiva do trabalho social com as famílias que necessitam de devida proteção social, contando com equipes técnicas de referências (Assistente Social, Psicólogo/a, Pedagogo /a, entre outros.

Destarte no que compete ao interesse pessoal em pesquisar essa temática de estudo, advém das vivências como palestrante de algumas formações para os trabalhadores (as) e pelo fato de ser servidora pública do município de Mossoró/RN, atuando desde o ano de 2015, logo, possui experiência advinda dos trabalhos realizados nos municípios de Patos/PB e Teixeira/PB no período de 2012 a 2014.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No que se refere a metodologia utilizada, esta se desenvolveu através da pesquisa qualitativa e quantitativa, por meio de entrevistas semi-estruturadas com as Assistentes Sociais, utilizando-se do método histórico dialético como forma de entender os resultados a partir de um contexto de totalidade. Outro método para leitura dos “achados” foi a análise de conteúdo e a triangulação dos dados.

A seguir serão apresentadas as construções teóricas no que concernem o processo de formação continuada na Política de Assistência Social.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: construindo saberes e fazeres profissionais

Ao estabelecermos um diálogo sobre o papel do Estado conseguimos nos debruçar em leituras e respectivos autores clássicos os quais são especialistas no que tange ao conceito, às estruturas, funções, problemas estruturais e contradições, logo, podemos destacar os seguintes: Nicos Poulantzas (2000), Mandel (1986), Elaine Behring (2011), Lenin (2010), entre outros.

Primeiramente destacamos o autor Lenin, o qual nos convida a entender alguns apontamentos acerca do processo de configuração do âmbito do Estado, logo afirma que

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classe não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis (LENIN, 2010, p. 27).

Outrora, seguindo essa ideia no que se refere as Políticas Públicas observamos que são parte integrante do processo de produção e reprodução social da força de trabalho, como também são respostas provenientes das lutas de movimentos sociais de diversos segmentos e categorias militantes.

Nessa perspectiva podemos ponderar que os processos de educação permanente não se caracterizam sob o viés “neutro”, carregam em seu escopo os elementos intelectuais de caráter ideo-político, os quais estes apontam para uma análise ideológica, cheia de significados de ordem macro societária. Nosso interesse em discutir a discussão na perspectiva de ideologia vem desse lugar retratando que

[...]A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados[...] o que torna a ideologia possível, isto é, a suposição de que as ideias existem em si e por si mesmas desde toda eternidade, é a separação entre trabalho material e trabalho intelectual, ou seja, a separação entre trabalhadores e pensadores. Portanto, enquanto esses dois trabalhos

estiverem separados, enquanto o trabalhador for aquele que “não pensa” ou que “não sabe pensar”, e o pensador for aquele que não trabalha, a ideologia não perderá sua existência nem sua função (CHAUÍ, 2008, p.79).

Levando em conta esse pensamento podemos estabelecer como conexão os processos de luta e busca pela qualificação dos trabalhadores (as), o que Marx e Engels (2007, p. 86-87) nos colocam por meio do método materialista dialético superam a dialética ideológica hegeliana, que defende que é o campo das ideias que partem as transformações sociais, demonstrando o contrário: os seres humanos produzem suas ideias a partir do contexto histórico e material que se encontram, ou seja, a realidade é anterior à ideia, “são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas com as produzidas por sua própria ação”.

Estas formulações vão estar em consonância com o pensamento atrelado ao de Mandel (1986, p. 338), afirmando que “O Estado possui um caráter voltado ao viés político-dominância sob a forma de ditaduras militares, bonapartismo e fascismo para preservar o poder econômico da burguesia, bem como a ampliação geral da legislação social, com o intuito de conter ataques radicais dos trabalhadores, e contribuir com o orçamento público”.

Em contrapartida, no que se refere ao Brasil este vai desencadear marcas históricas através dos aspectos sociais, regionais, culturais, às quais se justificam em consonância ao seu processo de formação sócio-histórico, no qual prevaleceram as características ligadas ao patrimonialismo, ao clientelismo e ao favor. Desse modo, a nossa história é moldada conforme as determinações historicamente vincadas no decorrer da consolidação do capitalismo contemporâneo e do posicionamento do Estado (MARX, 1978 *apud* IAMAMOTO, 2014).

No entanto, de acordo com Mota (2000, p. 181) “na sociedade capitalista, as políticas de proteção social expressam as contradições e os antagonismos de classes”. Diante disso, podemos estabelecer que estas assumem determinados objetos, dependendo do nível de correlação de forças, bem como da organização política dos trabalhadores e do próprio processo de reprodução do capital e das relações sociais, considerando a formação de cada sociedade a partir do seu processo histórico.

Destarte, a trajetória da Política de Assistência Social no Brasil possui na sua gênese um marco histórico em que se presencia uma divisão, sobretudo no tocante ao que se refere seu caráter anterior a década de 1988.

Apesar disso, durante o período de luta e resistência dos movimentos sociais e diversas categorias profissionais pela redemocratização do Brasil em 1988, é promulgada a Constituição



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Federal. Desta forma, a Constituição vem estabelecer a Política de Assistência Social como Política Pública em seus artigos (203 e 204), preconizando como direito do cidadão e dever do Estado, sendo constituinte da Seguridade Social, formando-se assim o tripé juntamente com a Política de Saúde (caráter universal) e a Previdência Social (caráter contributivo).

Outro marco importante diz respeito à redação atribuída a esta no art. 194 da Seguridade Social contida na Constituição Federal de 1988, à qual preceitua que a Seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, e que tem como objetivos a serem preconizados:

- I. a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos;
- II. a vigilância socioassistencial, que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações de danos;
- III. a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais (BRASIL, 2011, p. 6).

Todavia, entende-se que as primeiras iniciativas de discussão sobre a temática acima se elucidaram durante a realização da III Conferência Nacional de Assistência Social em 2001, desencadeando deliberações a serem pactuadas². Outrossim, pensar nos primeiros passos sobre a Política Nacional de Capacitação para os Trabalhadores (as), nos remete as discussões oriundas da V Conferência Nacional de Assistência Social, à qual trouxe questões relevantes como a ampliação das equipes por meio da realização de concurso público e melhores condições de trabalho, conseqüentemente trazendo a discussão sobre a valorização dos (as) profissionais.

Desta forma, a Assistência social a partir dos debates e discussões dos (as) trabalhadores (as) e outras categorias continuou avançando nas temáticas referentes a Política de educação permanente. Entre esses avanços, podemos perceber que a criação do Plano Nacional de Capacitação (Capacita SUAS) significou um marco, uma vez foi instituído pela Resolução de nº 28/2014 Conselho Nacional de Assistência Social (CNS) que aprova os critérios de adesão de Estados, municípios e Distrito Federal.

Com a implantação do Plano Nacional de Educação Permanente do SUAS por meio da aprovação da Resolução CNAS nº 04, esta traz em seu conteúdo a descrição de todos os seus objetivos (geral e específicos), o público alvo a que se destina as formações, bem como os tipos,

² A) Necessidade de elaboração e implementação de uma Política Nacional de Capacitação Continuada, com definição de seu público (conselheiros, gestores, profissionais, prestadores de serviços e usuários nas três esferas de governo); B) Fundo Nacional de Assistência social como fonte de recursos destinados ao financiamento da política.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a importância do conceito de trabalho sob a diretriz do SUAS, elencando também a perspectiva político-pedagógica de educação permanente.

Tomando por base esse histórico, a Educação Permanente no âmbito do SUAS materializa as deliberações das conferências sobre o tema, trazendo a gestão do trabalho para o centro da agenda política das instâncias do SUAS.

Ao mesmo tempo foi fortalecida a demanda pela elaboração de uma NOB específica quanto ao tema dos recursos humanos, logo, com a aprovação da resolução de nº 04, de 13 de Março de 2013, trazendo assim a Política Nacional de Educação permanente do Sistema Único de Assistência Social (PNEP/SUAS), trazendo o conceito educação permanente se reporta em

[...] no processo contínuo de construção de conhecimentos pelo trabalhador, de todo e qualquer conhecimento, por meio de escolarização formal ou não formal, de vivências, experiências laborais e emocionais, no âmbito institucional ou fora dele. Compreende a formação profissional, a qualificação, a requalificação, a especialização, o aperfeiçoamento e a atualização. Tem o objetivo de melhorar e ampliar a capacidade laboral dos trabalhadores, em função de suas necessidades individuais, da equipe de trabalho e da instituição em que trabalha, das necessidades dos usuários e da demanda social (BRASIL, 2011, p. 16).

Situa-se assim alguns conceitos e princípios os quais são imprescindíveis na PNEP/SUAS, destacando-se a busca na compreensão da centralidade das categorias trabalho, controle social e educação permanente.

O trabalho executado no âmbito do SUAS possui como frente de organização a existência de duas funções diferentes, mas que se complementam, as quais são orientadas para o reconhecimento dos direitos socioassistenciais, seja através da função de gestão e a de provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais. Assim, ponderamos que

A aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais representou uma importante conquista para a assistência social brasileira alcançando um novo patamar, estabelecendo tipologias que sem dúvidas, corroboram para ressignificar a oferta e a garantia do direito socioassistencial. (BRASIL, 2009, p. 4).

Segundo a PNEP SUAS (2013) o desenvolvimento da função da gestão no SUAS requer a mobilização do trabalhador no que se refere aos recursos teóricos, metodológicos e tecnológicos adequados às diferentes dimensões da gestão. Isso tem como objetivo criar espaços de promoção e informação para que os usuários (as) se sintam capazes de participar dos espaços coletivos e democráticos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ainda assim, pontuamos sobre essas funções, que o viés da educação permanente não se deve estar direcionado apenas para promover algumas habilidades específicas, mas que haja a reflexão crítica sobre os processos de trabalho, bem como do exercício profissional dos trabalhadores (as), assegurando assim que estes possam desenvolver seu trabalho sob a autonomia, de forma coletiva.

Partindo deste segmento, de acordo com a NOB RH (2006, p. 16), para atender aos princípios e diretrizes estabelecidos para a Política de Assistência Social, a gestão do trabalho no SUAS deve ser direcionada à preocupação de estabelecer uma Política Nacional de Capacitação, fundada nos princípios de formação continuada, os quais promovam as devidas qualificações para os segmentos de trabalhadores.

Diante disso, é necessário compreender o papel dos (as) trabalhadores (as) do SUAS de nível superior, sobretudo a partir da leitura da Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011 a qual vem ratificar a NOB RH SUAS 2006 ampliando o leque de categorias necessárias para a execução dos serviços socioassistenciais, anteriormente descritas na NOB RH SUAS 2006.

Outra importante observação no tocante aos trabalhadores (as) se traduz em respeito as categorias de profissionais de ensino médio e fundamental, onde suas competências encontram-se relacionadas na Resolução de nº 09, de 15 de abril de 2014, reconhecendo as funções e áreas de ocupação do SUAS, estando em consonância com a NOB RH SUAS.

Em seu art. 4º descreve que “as ocupações profissionais com escolaridade de ensino médio, que compõem as equipes de referência do SUAS, desempenham funções de apoio ao provimento dos serviços, programas, projetos e benefícios, transferência de renda e ao Cadastro Único (CadÚnico), diretamente relacionadas às finalidades do SUAS” sendo assim destacam-se: a função de cuidador social, orientador social ou educador social. (BRASIL, 2014, p. 04).

Todavia, ao pensarmos nas estratégias de disseminação dos processos de educação permanente, é criado O “Saberes Suas”, enquanto estratégia de ampliação dos modelos de capacitação do Capacita Suas cuja resolução do Conselho CNAS (Resol. CNAS nº08/2012) regulamenta este programa.

No que se refere aos profissionais de nível superior, os conteúdos do referido curso acima vão desde a (Introdução do SUAS, operacionalização da Proteção Social Básica), como também (operacionalização da Proteção Social Especial, Diretrizes para atuação da Assistência Social em emergência socioassistencial, Vigilância socioassistencial e Gestão financeira e orçamentária do SUAS), contemplando assim 120 horas.

Podemos desta maneira chegar a uma reflexão, pois mesmo havendo a oferta de forma gratuita, acessível, ainda assim foi excludente, haja vista que esta categoria, a de nível médio, quase não é capacitada.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MOSSORÓ/RN: construção e implantação.

Como forma de convidar o/a leitor/a para uma aproximação com a referida temática, destacamos que a cidade de Mossoró possui uma respectiva totalização de uma população estimada em aproximadamente 303.792 pessoas (ano de 2021), constituindo-se um dos municípios localizados no interior do Estado do Rio Grande do Norte, situado no território oeste potiguar, na região do Nordeste do Brasil, com uma área territorial de 2.099,334km². Tem enquanto limites geográficos os seguintes municípios ao seu entorno: ao norte (Tibau e Grossos); a nordeste se encontra (Areia Branca); a leste (Serra do Mel); sudeste (Assú); ao sul (Governador Dix-sept Rosado e Upanema); a Oeste (Baraúna); e a noroeste (a cidade de Aracati).

Nessa perspectiva quando nos reportamos a Política de Assistência social conseguimos elucidar que esta tem enquanto capacidade protetiva a oferta dos serviços socioassistenciais, observando seu lugar como sendo o segundo maior município do Rio Grande do Norte, e também pela sua caracterização conforme a NOB SUAS 2012 enquanto grande porte.

Pontuamos desta maneira o que traz a Resolução de nº 33, de 12 de Dezembro de 2012, a qual regulamenta a NOB SUAS, estabelece quais os devidos princípios éticos, organizativos, responsabilidades dos entes federados, bem como a importância da Gestão do SUAS, os Planos de Assistência Social, o Pacto de aprimoramento, processos de acompanhamento, a gestão financeira e orçamentária, estruturação da vigilância socioassistencial, a Gestão do trabalho, o controle social, as instâncias de negociação e pactuação, finalizando com as regras de transição.

No que diz respeito a construção e elaboração do Plano Municipal de Capacitação no ano de 2017 tendo sua implementação no dia 20 de Setembro do decorrente período, logo, este se sucedeu através de trabalhadores (as) ligadas a Gestão do trabalho no âmbito do SUAS, onde pode contar com a participação de outros (as) gerentes da secretaria (Básica e Especial).

Contudo, cabe enfatizar que no PMP não há um destaque para o financiamento que possa assegurar a execução do processo de formação, porém enfatiza que os recursos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

orçamentários devem ser incluídos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Orçamento Anual (LOA), todavia não há uma especificação sobre o fundo e quais os mecanismos de recursos serão destinados custear a realização das formações.

Notadamente buscamos analisar e comparar as propostas contidas no PMEPE, observando se este encontra-se em consonância com a PNEP/SUAS, logo, estabelecemos alguns apontamentos, conforme nos mostra o quadro a seguir:

Comparativo entre o PMEPE e a PNEP/SUAS

| EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE | |
|---|---|
| Proposta do PMEPE | Proposta da PNEP/SUAS |
| Tipos de capacitação | Tipos de capacitação |
| <input type="checkbox"/> Capacitação introdutória (nivelamento) <input type="checkbox"/> Atualização <input type="checkbox"/> Aperfeiçoamento | <input type="checkbox"/> Capacitação introdutória <input type="checkbox"/> Capacitação de atualização <input type="checkbox"/> Supervisão técnica |
| AÇÕES DE FORMAÇÃO | AÇÕES DE FORMAÇÃO |
| <input type="checkbox"/> Não está inclusa no plano | <input type="checkbox"/> Formação técnica de nível médio <input type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> Mestrado |

Fonte: PNEP SUAS (2013).

Assim ao avaliarmos os dados elencados acima podemos fazer a leitura de que o PMEPE contempla o conteúdo ligado aos tipos de capacitação, estando desta maneira em concordância com a PNEP/SUAS, porém ao enxergamos as temáticas trabalhadas (em anexo) e as ações de formações que são necessárias serem trabalhadas, pontuamos que há uma divergência, logo, sabemos que as formações de Mestrado são de competência do ente federado (União), conforme aponta a Política Nacional de Educação Permanente, sendo necessário a articulação com o ente Estadual para apromixação, bem promoção deste tipo de formação.

Contudo, no item a seguir serão destacados alguns resultados das avaliações das trabalhadoras sobre o PMEPE, conforme nosso objetivo principal nesse estudo.

A “VOZ” DOS (AS) TRABALHADORES (AS): o lugar de fala sobre os impactos do PMEPE.

Ao pensarmos no tocante ao perfil desses profissionais entrevistados, conseguimos dar ênfase por se caracterizar como sendo trabalhadoras do sexo feminino, porém a pesquisa não



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

teve o viés de analisar esse caráter pela via feminista, todavia entende-se que majoritariamente a categoria de Assistentes sociais é formada historicamente pela presença de mulheres, mas no município também possui trabalhadores do sexo masculino efetivando seu exercício profissional.

Nessa perspectiva as questões elencadas nas entrevistas demonstraram que estas buscaram resgatar o conceito de educação permanente e a compreensão dos (as) trabalhadoras (as), também a respeito do PMEP no quesito das respostas às necessidades por formações. Para garantia de sigilo nas entrevistas, colocamos codinomes para preservar a identidade das profissionais participantes, logo, escolhemos os seguintes: Esmeralda (CRAS Amarelo), Rubi (CRAS Bela), Safira (CRAS Azul), e Diamante (CRAS Verde).

Inicialmente para efeito da análise de conteúdo foram feitas leituras flutuantes acerca do material necessário para embasamento das arguições das entrevistas, as quais foram efetivadas com os (as) profissionais, sendo desta forma o primeiro passo para a construção da técnica usada. Posteriormente a este processo, utilizamos o método de classificação das categorias analíticas as quais desencadearam-se das falas dos (as) trabalhadores (as), em suas respostas ao questionário utilizado na pesquisa, podendo assim serem elencadas as seguintes: características da formação; tipos de formação; avaliação; educação permanente e processos de trabalho; e por último a categoria trabalho.

No entanto, quando fizemos a estratificação dos códigos observamos os “achados” através das diretrizes a seguir, onde estes se sobressaíram a partir da categoria (**características da formação**): processos de formação; valorização; reestruturação; eficiência; investimento institucional (federal, estadual, municipal); necessidade de formação permanente; motivação profissional- essencial; continuação do trabalho; periodicidade das formações; logo, as falas abaixo retratam que

[..]A questão 1 sobre a educação permanente eu entendo que é um processo de qualificação...e valorização profissional...né, essencial para a organização dos serviços e qualidade dos serviços prestados à população[...] (Esmeralda, CRAS Amarelo).

[..]eu entendo assim, como um processo né, de continuidade, que você sempre vai vendo temas relevantes né...conjunto de vários momentos em que são discutidos determinados temas que são pertinentes ao nosso trabalho [...] (Diamante, CRAS Verde).

Em contrapartida, sabemos que no decorrer dos últimos anos, as políticas públicas sofreram um processo de desmonte, sendo agravado principalmente na Política de Assistência Social. Com isso, ao avaliarmos as falas das profissionais pontuamos esses impactos trazidos na fala de uma das profissionais, chegando a afirmar

[...]Eu acho que toda formação que venha para que a gente possa nos atualizarmos sobre a política pública eu acho que é muito importante, por exemplo quando eu entrei no concurso



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

há cinco anos atrás, na verdade o concurso foi há quase 10 anos atrás, existia toda uma iniciativa do poder público federal, é, com relação ao desenvolvimento da política pública pra juventude, inclusive a secretaria que eu trabalhava que eu passei pro concurso era chamada de desenvolvimento social e juventude [...] (Rubi, CRAS Bela).

Com isso enxergamos o lugar de pertencimento na Política de Assistência Social inviabilizado na denominação de desenvolvimento social e juventude, logo, sabemos que as constantes atualizações perpassam a função de criação e extinção de programas os quais culminam em redimensionamento de serviços ou benefícios socioassistenciais.

Entretanto, a categoria (**avaliação**) desencadeou os códigos a respeito de aproveitamento; compreensão dos temas; interesse; insuficiência no acontecimento; desconhecimento sobre o plano; ausência de participação na construção do plano; ausência de alinhamento; diálogo e escuta; espaço de troca e discussão, onde nessa linha de análise podemos destacar os seguintes trechos:

[...]a gente sempre aproveita alguma coisa dessas capacitações, eu sei que a de instrumentos a gente aproveitou muito, o que foi criado, pensado e que foi construído, como: instrumental de relatório de acompanhamento, visita domiciliar, atendimento Sim, é no fato mesmo de compreensão né, porque quando a gente vai pra um espaço que é discutido uma determinada temática, a gente sai é como se a gente voltasse ao tempo de universidade né [...] (Safira, CRAS Azul).

Quando olhamos para os posicionamentos advindos nestas “vozes”, percebemos como compreensão os incipientes impactos que os momentos de formação têm incidido para elas, pois, ao utilizarmos como critério o conceito de avaliação de impactos percebemos que são produzidos poucos “efeitos” sob o cotidiano profissional, sobretudo no que concerne as competências relativas ao trabalho com o PAIF, enquanto principal serviço no quesito da proteção social básica, sendo necessários outros arranjos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pontuamos desta feita que os processos de formação profissional não são neutros, estes possuem dimensões ideo-políticas e com isto as formações da política pública de Assistência Social ainda estão num nível da razão instrumental e não no direcionamento de unir o viés teórico-metodológico, ético-político, porém estas também têm sido importantes para o exercício profissional dos (as) trabalhadores (as), sobretudo dos/as Assistentes Sociais.

No entanto, é evidente notório que a Assistência social sofre com sucessivos processos de desmonte na sua estrutura, resultando inclusive na Emenda constitucional 95 (15/12/2016) que ficou conhecida como “PEC da morte”, a qual mudou a CF-88 com o objetivo de introduzir o novo regime fiscal, definindo assim para os gastos federais, logo, retira de cena os juros da dívida pública, como uma estratégia de congelamento dos gastos por um período de 20 anos.

Nessa perspectiva, para que a educação permanente possa se materializar de fato vale a pena se amparar na perspectiva voltada ao popular, por promover assim espaços em que possam ser construído o diálogo num viés coletivo, objetivando alcançar a “consciência para si”, uma vez que os processos de contradição, o caráter político, os interesses de todos, são alocados como possibilidade de processos formativos e estímulo para os (as) trabalhadores (as) envolvidos na ação.

Outro direcionamento também se refere a importância dos (as) trabalhadores (as) se fazerem participe do processo de construção, ampliação, implementação dos momentos de formação permanente, em que possam ser “ouvidas” as opiniões, os anseios, as demandas emergentes e urgentes as quais se apresentam no “chão” do território nos quais estejam inseridos, como também o espaço e a troca de saberes entre os profissionais.

O desafio perpassa ultrapassar e superar o “instrumentalismo”, ou seja, a busca em abordar as redes intersetoriais, o lugar da política social na sociedade capitalista, logo, significa trabalhar os aspectos no que compete a realidade permeada no capitalismo dependente, o qual possui políticas subdesenvolvidas em termos de abrangência dos (as) usuários (as).

REFERÊNCIAS

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?** Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

AGUILLAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais.** Petrópolis: Vozes, 1994.

ARCOVERDE, Ana Cristina. **Avaliação de Políticas Públicas no capitalismo globalizado: para que e para quem?** Recife: Editora UFPE, 2015.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, p.111-141, jun. 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011 – 9. Ed. – (Biblioteca Básica do Serviço Social)

BRASIL. **Lei nº 12.435**, de 6 de Julho de 2011. Altera a Lei de nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em: 20 Nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ofício Circular 02/ MS**. Brasília, DF: Ministério da saúde, 02 Fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Capacita Suas: configurando os eixos de mudança**. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008, v. 1. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Capacita_SUAS_Caderno_2.pdf.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Decálogo dos direitos socioassistenciais**. Brasília. VII Conferência de Assistência Social, 2009. Disponível em: fpabramo.org.br/acervosocial/wpcontent/uploads/sites/7/2017/08/044.pdf. Acesso em 22 dez.2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução CNAS nº 04**, de 13 de março de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social-PNEP/SUAS, 2013b. Disponível em: conferencianacional.files.wordpress.com/2013/12/cnas-2013-004-13-03-2013.pdf. Acesso em 20 nov. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB RH SUAS**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Capacitação do SUAS**. Brasília, DF, 2011.

COHEN, Ernesto; ORLANDO, Franco. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1993.

FLORESTAN, Fernandes. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica** (1975). 5 ed. São Paulo, Globo, 2006.

GERTLER, Paul J et al. **Avaliação de Impacto na Prática**. 2.ed. Washington, DCDC: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial. 2016.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

HARVEY, David. **Espacios del capital: hacia una geografía crítica**. Traducción Cristina Piña Aldao. Madrid: Akal, 2007.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IANNI, Otávio. **A Ditadura do Grande Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetichado**: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social. São Paulo: Cortez, 2015.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Apresentação de Plínio de Arruda Sampaio Júnior. - Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011. (Navegando publicações). Disponível em acesso em 20 de Julh. de 2022.

MARX, Karl. **A ideologia alemã** / Karl Marx, Friedrich Engels: tradução de Álvaro Pina- 1 ed. – São Paulo: Expressão popular, 2009. 128 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais/** Organizado por Maria Cecília de Souza Minayo, Simone Gonçalves de Assis e Edinilsa Ramos de Souza. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. 244 p.

MOTTA, Ana Elizabete. **Ensaio sobre Estado, política e sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NASCIMENTO, Chrislayne Caroline dos Santos; OLIVEIRA, Carla Montefusco de. **Educação permanente e Serviço Social: Apontamentos sobre a formação profissional**. *Temporalis*, Brasília, ano 16, n. 31, p.133-165, Jan./Jun. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12321>. Acesso em: 20 Ago. 2022

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão social”. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Revista Temporalis**, n. 3. Brasília: UNB, 2001, p. 41-49.

NOVACK. G. **A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado da Sociedade**. São Paulo: Editora Rabisco, 1988.

OLIVEIRA, Fernanda Kalyne Rêgo (ORG.). **Plano Municipal de Capacitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Juventude**. Mossoró, 2017.

PEREIRA, M. J. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. São Paulo: Atlas. 2000.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.